Crias de abusos na Amazônia: análise dos discursos da imprensa paraense de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes[1]

Avelina Oliveira de CASTRO[2]
Universidade Federal do Pará, PA.

Resumo

Este artigo tem como objetivo fazer a análise dos discursos da imprensa paraense sobre casos de violência sexual de crianças e adolescentes. Para isso, utilizei como metodologia a Análise do Discurso de vertente francesa, tomando como principal referencial teórico Michel Foucault. Trata-se de parte de uma análise maior constante em dissertação de mestrado, defendida em 2014, na universidade Federal do Pará (UFPA). No entanto, para este artigo, utilizo como recorte de análise as reportagens publicadas nos jornais O Liberal e Diário do Pará – dois dos mais importantes impressos da Amazônia – durante a vigência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), de 2008 a 2010. Como resultados, observa-se um tratamento desigual entre autores desse tipo de violência e a reprodução dessa prática secular das "crias" na Amazônia.

Palavras-chave: crias; violência sexual; imprensa paraense, discurso, Amazônia.

Considerações iniciais

Para falar de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na Amazônia, é necessário compreender uma dinâmica cultural e secular de "circulação" e de "adoção" desses meninos e meninas que no lado de cima do mapa brasileiro, são chamados de "crias de família" ou apenas de "crias", conceito bastante conhecido na região amazônica. Mas o que são as "crias"?

O Dicionário Aurélio (2004, p. 276) traz para o verbete "cria" a definição: "s.f. Animal que ainda mama./ Bras. Pessoa geralmente pobre, criada em casa alheia". No entanto, para além da definição do dicionário, uso em minha análise o conceito de "crias de família" trabalhado pela antropóloga paraense Maria Angélica Motta-Maués (2012). A autora pesquisa a prática secular existente na Amazônia, de famílias, sobretudo de classes mais abastadas, que trazem para seus lares crianças e adolescentes do interior do Estado com o objetivo de "criar" ou de colocá-las para "estudar" na capital.

[1] Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Mestre em Ciências da Comunicação (PPGCOM) e doutoranda em Antropologia (PPGSA),ambos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA), email: avelinacastro@gmail.com.

De acordo com a pesquisadora (2012), a prática é tão forte na região que famílias populares também atuam nesse movimento de circulação de crianças e adolescentes, muito embora seus estudos revelem haver lares que, em função de questões econômicas, só doam e outros que só recebem esses meninos e meninas. Motta-Maués (2012, p.12) chama atenção também para o fato de que a maioria das "crias" é do sexo feminino, pois em um levantamento feito a partir dos registros de sua memória, ao longo de 60 anos, em uma lista com quase 50 crias nomeadas, apenas quatro eram do sexo masculino.

A pesquisadora (2012, p. 6) observa que, no caso de grupos populares, há o registro de situações em que meninas inseridas na prática de circulação de crianças acabam, eventualmente, se envolvendo numa relação de namoro com aqueles que cuidam, chegando a engravidar. A partir daí, elas mesmas seguem o ciclo, formando um lar e trazendo para Belém uma irmã, sobrinha ou outra parenta, contribuindo, assim, para a atualização da prática de circulação das "crias de família".

> Chama atenção na história desta já tão antiga e recorrente personagem, não apenas a persistência de sua presença, com o mesmo perfil, estatuto, "destino", o que já é muito, mas a espécie de naturalização de seu papel como prestadora de serviços (muitas e muitas vezes não só domésticos, mas sexuais; na verdade uma exploração violenta da criança, gravemente não olhada como tal) (MOTTA-MAUÉS, 2012, p. 12).

Observa-se por este fragmento que a antropóloga observou a ocorrência de violência sexual praticada contra as "crias", o que também foi analisado em minha pesquisa, em especial, ao analisar os discursos dos jornais O Liberal e Diário do Pará na cobertura jornalística da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa)[3].

Em minha análise, observo as estratégias discursivas utilizadas na cobertura do que chamarei de "caso Sefer", no qual o ex-deputado do Partido Democrata, Luiz Sefer, foi acusado de ter abusado de uma criança dos 9 aos 13 anos, que ele trouxera do município de Mocajuba para "criar". Ao analisar as reportagens jornalísticas publicadas

[3] A CPI da Pedofilia da ALEPA foi instalada no dia 11 de dezembro de 2008. Até o momento em que essa reportagem foi publicada, no dia 18, o objetivo de sua instalação era investigar, especificamente, os casos de abuso e exploração sexual existentes no arquipélago do Marajó, atendendo a denúncias do bispo do Marajó, D. Luiz Azcona. Porém, no decorrer da vigência da Comissão, em função do grande número de denúncias vindo de todo o Estado, os parlamentares resolveram investigar casos de todos os municípios do Pará, no entanto, com especial atenção para aquela região, conforme consta no texto do relatório final, apresentado à imprensa e à sociedade em 25 de fevereiro de 2010.

nos dois jornais sobre o caso, observou-se que ambos publicaram suas reportagens sobre o caso na editoria de "Política", o que revelou uma cobertura atravessada por disputas, não só de cunho mercadológico, mas principalmente, de poder.

O Estado do Pará possui, atualmente, três jornais de grande circulação[4], dos quais dois deles, O Liberal e Diário do Pará, cuja história é marcada pelo envolvimento político-partidário que atravessa as suas produções discursivas. Além de figurarem entre os mais importantes jornais da Amazônia, O Liberal e Diário do Pará representam interesses político-partidários divergentes,[5] o que tem resultado em uma verdadeira "guerra discursiva", o que demonstrarei mais adiante em minha análise.

Ao teorizar sobre "jornalismo e poderes", Ciro Marcondes Filho (2009) fala sobre o fato de cada jornal representar interesses diversos, que vão desde os mais particulares até os políticos e de classe aos quais o veículo está ligado.

> Criar jornais é encontrar uma forma de elevar a uma alta potência o interesse que têm indivíduos e grupos em afirmar publicamente suas opiniões e informações. É uma maneira de se dar eco às posições pessoais, de classe ou de nações, através de um complexo industrialtecnológico que, além de preservar uma suposta impessoalidade, afirma-se, pelo seu poder e soberania, como "a verdade" (MARCONDES FILHO, 2009, p.75).

Nesse sentido, percebemos essa característica de representação de interesses nos dois jornais nos quais analisei os discursos. A rigor, lanço o meu olhar para o jornalismo e para o campo da Comunicação, pois a especificidade do olhar comunicacional (FRANÇA, 2002, p.15) está em alcançar a interseção de três dinâmicas básicas: o quadro relacional (relação dos interlocutores); a produção de sentidos (as práticas discursivas) e a situação sócio-cultural (o contexto):

> Trata-se portanto, o processo comunicativo, de algo vivo, dinâmico – instituidor de sentidos e de relações; lugar não apenas onde os sujeitos dizem, mas também assumem papéis e se constroem socialmente; espaço de realização e renovação da cultura. É promovendo essa interseção que o viés comunicacional se coloca e se legitima como de fato um outro "ponto de vista" (ponto de onde se vê); um lugar

[4] Além de O Liberal e Diário do Pará, a grande imprensa paraense ainda conta com o jornal Amazônia, que, assim como O Liberal, integra as Organizações Romulo Maiorana (ORM), que também possuem emissoras de TV, rádio e portal de notícias. www.orm.com.br. Acesso em 12, jan. 2014. 30

[5] O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) é, atualmente, o partido de afinidade de O Liberal, o que fica evidenciado pelo constante uso dos discursos de seus políticos para atacar o concorrente Diário do Pará, do senador Jáder Barbalho (PMDB-PA).

> frutífero para analisar e compreender a realidade em que vivemos (FRANÇA, 2002, p.15).

A partir dessa noção de processo comunicativo, destacamos a importância do olhar comunicacional como mais um dispositivo que se soma para a análise dos discursos jornalísticos e a compreensão da realidade.

Ressalto também que o objetivo de enfatizar o campo da comunicação como lugar de fala de nossa pesquisa é acima de tudo lançar mão da metodologia da Análise do Discurso (AD) francesa para a análise de discursos jornalísticos, sem deixar de levar em consideração que eles estão inseridos em toda uma perspectiva conceitual de mídia e que possui suas dinâmicas próprias de produção, de relações de poder, que precisam ser percebidas e levadas em conta pela nossa pesquisa.

> O olhar de Michel Foucault à comunicação remete à nossa teoria do acontecimento. Uma enunciação inicialmente linguística articula-se com acontecimentos outros, não diretamente discursivos, como são os fatos técnicos, econômicos, sociais, políticos, práticos etc., constituindo, juntos, um processo comunicacional. A pesquisa foucaultiana busca, assim, estudar o aparecimento desses enunciados, sua manutenção, os laços que estabelecem entre si, a forma pela qual podem ser reunidos em um conjunto, o papel que eles exercem, os valores que os afetam, a forma como são investidos em condutas, o princípio segundo os quais circulam (MARCONDES FILHO, 2011, p. 87).

Os enunciados analisados, aqui, estão inseridos no campo[6] jornalístico, que conforme Nelson Traquina (2005a) explica é regido por uma série de regras e características próprias, conforme demonstrarei em minha análise.

A realidade das "crias" na Amazônia

Ao longo de sua pesquisa, Motta-Maués (2008, p. 158-159) identificou cinco tipos de circulação de crianças: 1) o regime de tutela infantil, no qual o juiz ("juiz de órfãos") entregava a criança a um tutor para criá-la; 2) os encaminhamentos de crianças por seus pais e/ou responsáveis, geralmente vindas de cidades do interior do estado para Belém para morar com uma família e "estudar", as chamadas "crias de casa de família";

[6] Nelson Traquina trabalha com a noção de campo no sentido de Pierre Bourdieu, explicada por ele como sendo "um espaço social estruturado, um campo de forças, num campo de força". No caso do campo jornalístico, é entendido como um "campo intelectual" e definido como um "sistema de relações sociais" no qual tem lugar a criação como ato de comunicação. Trata-se, portanto, de um campo determinado pelo surgimento dos jornalistas, pois a competência profissional ganha autonomia nesse campo de força, uma vez que a especialização significa autoridade (TRAQUINA, 2005a, p. 20 e 116).

3) a prática da criação de crianças, pelas obrigações do parentesco ou dever de solidariedade ou mesmo pelo desejo particular de "criar" uma criança: os "filhos de criação"; 4) o costume de "reparar" crianças (cuidar delas), na ausência temporária da mãe, funcionando como "babás" – por vezes as "crias" – que acompanham as crianças por quase todo o dia; e 5) os fluxos mais curtos, mais dinâmicos, fora dos circuitos de parentesco, com ênfase nos filhos de pais separados e com recasamentos, e que transitam entre as casas dos pais, das mães e das novas famílias.

Vicente Salles (2005), na obra "O negro no Pará: sob o regime da escravidão", relata o quão antiga é a migração de crianças e adolescentes do interior do estado para trabalhar na capital, após a Abolição da Escravatura, em 1888, no chamado "Corpo de Trabalhadores", criado em Belém pelas autoridades do governo da Província para executar serviços públicos na capital.

Salles (2005, p. 312) transcreve a fala do conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, presidente da Província do Grão Pará (atual estado do Pará) à outrora Assembleia Legislativa Provincial, na ocasião da abertura da sessão ordinária da Sexta Legislatura, no dia 15 de junho de 1848, portanto, século XIX. Na ocasião, o conselheiro fez a denúncia de ter recebido várias reclamações sobre a prática abusiva de arrancar violentamente do seio de famílias miseráveis, sobretudo de mestiços, índios ou tapuios, crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos, para trazer para a capital como se fossem "coisas" e explorá-las em regime de servidão.

> Sem dúvida, a prática continuou. E alguns desses abusos chegaram aos nossos dias e constituem objeto de estudo sociológico a ser feito com bastante rigor, como a prática da doação de crianças para os serviços domésticos das famílias que as podem sustentar e talvez educar; as normas de contratação de serviços, nos meios rurais, fazendas e estabelecimentos agrícolas, nos seringais e nos barracões de beira-rio, através do costume do aviamento etc. (SALLES, 2005, p. 312).

A composição do chamado "Corpo de Trabalhadores", em Belém, logo após a abolição da escravatura revela uma situação que Motta-Maués (2008, p. 158) também destaca em sua pesquisa. A autora acredita que essa dinâmica narrada na obra de Vicente Salles (2005) pode ser considerada precursora das "crias" nas famílias amazônicas.

No Pará, como se observa, essa é uma realidade cultural antiga e que se mantém até os dias de hoje. Em nossa análise, observamos que caso de maior repercussão

denunciado, em 2008, à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), que envolvia o exdeputado estadual Luiz Sefer (DEM) era um caso de abuso sexual contra uma "cria". O político foi acusado de abusar sexualmente, durante quatro anos, de uma menina que foi trazida do município de Mocajuba para morar em sua casa, em Belém, para fazer "companhia" à filha do ex-parlamentar e também estudar.

O caso repercutiu bastante na mídia local e nacional, mas é importante ressaltarmos que nem todos os casos de abuso e exploração sexual ocorridos na Amazônia - ou mesmo os analisados em nossa dissertação – são de "crias" como sendo vítimas, embora essa seja uma realidade de cunho cultural muito forte em nossa região.

No entanto, a partir do depoimento prestado pelo ex-deputado estadual Luiz Sefer (DEM-PA), à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado, que esteve em Belém, em março de 2009, para fazer a oitiva de depoimentos de acusados, vítimas e testemunhas é possível observar que os enunciados jornalísticos dão a ver que se trata de um exemplo claro de abuso sexual cometido contra uma "cria de família" (MOTTAMAÚES, 2012).

O enunciado jornalístico deu a ver que a menina foi "adotada" de forma muito rápida por Sefer. O ex-parlamentar foi questionado durante a oitiva sobre como teria conseguido uma "adoção" em apenas 11 dias? Mas, segundo a reportagem, o político teria dito que não sabia informar. A resposta de Sefer fez com que, na ocasião, segundo o enunciado, o presidente da CPI da Pedofilia do Senado, o senador Magno Malta (PROS), prometesse encaminhar o caso ao Ministério Público Estadual (MPE) pedindo informações sobre a adoção. Além disso, a matéria mostra que, em seu depoimento, Sefer confirma a situação de "cria" da menina:

> Logo no início, [Sefer] disse que a menina foi trazida do município de Mocajuba para sua casa. Disse que a menor tinha problemas familiares. Falou que ela era muito bem tratada e freqüentava os mesmos lugares que ele e outros membros da família (DIÁRIO DO PARÁ, 06 mar, 2009, p. A4).

Do enunciado jornalístico do Diário do Pará podemos apreender que, ao tentar se defender das acusações de prática de pedofilia, Sefer acabou confirmando a condição de "cria" da menina trazida do interior do Estado para a sua casa, onde "era muito bem tratada e freqüentava os mesmos lugares que ele (Sefer) e outros membros da família". O relato de Sefer só não se assemelha mais ao da pesquisadora Angélica Maués (2012)

– que reconheceu em um de seus artigos ter tido uma "cria" em sua família – porque o político, ao contrário, não teve o mesmo olhar crítico da antropóloga e não reconheceu a exploração do serviço da menina, e muito menos o abuso sexual cometido contra ela. Outro trecho da mesma matéria informa que o político teria trazido a menina para sua casa para fazer "companhia" a filha dele. Sobre isso Sefer também foi questionado pelos parlamentares, pois a referida filha do ex-parlamentar morava, na ocasião, no Rio de Janeiro e vinha esporadicamente a Belém.

A pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA) e juíza do trabalho, Maria Zuila Lima Dutra, no livro "Meninas domésticas, infâncias destruídas", publicado em 2007,[7] destaca que, apesar das legislações brasileiras terem avançado em garantias e proteção às crianças e adolescentes, o Brasil ainda possui números assustadores de violação de direitos, pois aparece como o primeiro na exploração de crianças e adolescentes nas Américas e o segundo no mundo (DUTRA, Maria, 2007, p. 17), segundo números divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Ao pesquisar sobre trabalho infantil na Amazônia, Maria Dutra (2007) também faz referência ao fato de que, no Pará, há historicamente e culturalmente uma migração de crianças e adolescentes do interior do Estado para a capital para trabalharem como domésticas (a maioria, também segundo a autora, do sexo feminino). O município de Soure, no arquipélago do Marajó (PA), é considerado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como o maior fornecedor no Brasil desse tipo de "mão-de-obra" para as cidades da região.

> Embora pareça um alívio para as famílias pobres, considerando-se que as meninas passam a ter teto e comida garantidos, nesse tipo de trabalho há situações muito graves (...). Em 1988, o Conselho Tutelar de Breves, Estado do Pará, denunciava que todos os anos mais de mil meninas da região eram vendidas ou doadas para famílias com as quais iam na condição de empregadas domésticas, em Belém (capital do Pará) e Macapá (capital do Amapá). O pagamento mensal se resumia a roupa e comida e os abusos sexuais eram comuns (DUTRA, Maria, 2007, p. 35).

Uma pesquisa realizada pelo Movimento República de Emaús (MRE)[8] e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2001, intitulada "Pesquisa Trabalho

[7] O livro é resultado de dissertação de mestrado defendida no Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2006.

[8] O Movimento República de Emaús é uma associação civil, sem fins lucrativos e de utilidade pública. Fundada em 10 de setembro de 1971, nasceu e tem suas atividades na cidade de Belém, capital do Pará,

Infantil Doméstico em Casa de Terceiros em Belém do Pará - Brasil"[9] mostra dados assustadores sobre as condições das meninas exploradas como domésticas em Belém, envolvendo humilhações, violência física e abuso sexual.

Estratégias na "Guerra Discursiva": saberes e poderes

A primeira reportagem com a denúncia sobre a suspeita de envolvimento do ex-parlamentar do DEM em um caso de abuso sexual foi feita pelo Diário do Pará, no dia 13 de dezembro de 2008 (Figura 1). A não publicação do acontecimento jornalístico por O Liberal suscita uma pergunta: teria O Liberal pego um "furo"[10] do seu concorrente?

Figura 1:

PEDOFILIA

Deputado vai se manifestar na Assembléia sobre denúncias

Luiz Sefer (DEM) disse ao deputado João Salame (PPS) que falará sobre acusações, na próxima segunda-feira, na AL

LUIZ FLÁVIO E ANTÔNIO JOSÉ SOARES

O deputado estadual Luiz Sefer (DEM) só está esperando a Comissão de Inquérito (CPI) da Pedofilia, instalada sexta-feira passada, começar efetivamente os seus trabalhos, para se apresentar voluntariamente, para depor acerca das denúncias de que estaria envolvido em um caso de pedofilia.

O caso tramita no Fórum de Belém sob segredo de Justiça, segundo afirmam colegas do deputado. Mas Sefer garantiu a alguns deputados que está sendo vítima de uma "armação" e que um veículo de comunicação de Belém até já lhe teria cobrado R$ 800 mil para não divulgar o caso.

Essas informações foram prestadas por Sefer ao deputado João Salame (PPS), que lidera o G-8, um grupo de deputados que atua na Assembléia Legislativa com orientação própria, muitas vezes diferentes da dos seus partidos de origem. O caso deve incendiar o final do período legislativo extraordinário, que termina no dia 20.

Na semana passada, a deputada Regina Barata (PT), num aparte que lhe concedeu a deputada Bernadete Ten Caten, igualmente petista e que preside a Comissão de Direitos Humanos, pediu um posicionamento da Mesa Diretora acerca dos rumores indicando o envolvimento de um parlamentar em casos de pedofilia.

O caso também foi parar na CPI, instalada na sexta-feira, pelo presidente do Legislativo, Domingos Juvenil, para apurar violência sexual contra crianças no Marajó.

Um dos autores do pedido de CPI, o deputado Carlos Bordalo (PT), instado sobre a possibilidade de a CPI também investigar as denúncias sobre o envolvimento de parlamentares estaduais em casos de pedofilia, disse que a CPI fora criada com fins específicos, no caso, investigar as denúncias de violência sexual contra meninos e meninas no Marajó, conforme denúncia apresentada pelo bispo do Marajó, D.omJosé Azcona.

Deputado Luiz Sefer teria prometido se manifestar oficialmente na AL

SUSPEITA

REPERCUSSÃO

Boatos e comentários sobre a acusação envolvendo um deputado estadual passaram a circular nos últimos dias, provocando reações na própria Assembléia Legislativa.

Sefer diz que está sendo vítima de "armação"

O deputado João Salame (PPS) antecipou que, na próxima segunda, vai tratar da questão. Em rápida entrevista ao DIÁRIO, na noite de ontem, Salame confirmou que o nome de Sefer estaria envolvido nas supostas denúncias de pedofilia. Ele se disse chateado com as especulações e notícias inverídicas, criadas envolvendo o nome do colega, sem que nada tenha sido apurado ou provado.

"Toda e qualquer denúncia envolvendo qualquer cidadão, deve ser apurada, principalmente quando se trata de uma autoridade. Jamais devemos condenar sem julgamento". O parlamentar do PPS disse ainda que qualquer pessoa pode ser vítima de boataria ou de calúnias. Salame disse ter conversado com Sefer. "Ele me disse que está sendo vítima de uma grande armação. Ele me garantiu isso", afirma Salame.

O DIÁRIO conseguiu contato telefônico com o deputado Luiz Sefer na noite de ontem. Parecendo bastante chateado e com a voz embargada, ele pediu um pouco de paciência. "Vou me posicionar oportunamente sobre todas essas acusações, talvez na semana que vem", limitou-se a dizer.

Diário do Pará, 13, dez. 2008, p. A3.
Foto: Avelina Oliveira de Castro
Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

A resposta é que, provavelmente, não. Tanto O Liberal quanto o Diário do Pará possuem a prática jornalística de manter equipes de reportagem setorizadas na cobertura

norte do Brasil. Atualmente, o Movimento de Emaús atende diretamente cerca de 2 mil crianças adolescentes e suas familias. Informações extraídas do site da entidade: http://www.movimentodeemaus.org/pagina/?id_conteudo=17. Acesso em 14, jan. 2014.

[9] Pesquisa disponível no site da Organização Não-Governamental Movimento República de Emaús no site: http://www.movimentodeemaus.org. Acesso em 04. mar. 2013.

[10] "Furo" é uma expressão do jargão jornalístico usada para definir a ação de publicar/exibir uma notícia em primeira mão, deixando os veículos concorrentes sem a publicação da informação.

diária das duas casas parlamentares existentes na capital paraense: Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) e Câmara Municipal de Belém (CMB)[11].

Vale destacar que na cultura profissional do jornalista existe um compromisso total com a profissão, mesmo quando há perigo de vida (TRAQUINA, 2005a), pois as notícias são vistas como um "valor absoluto", "onde por vezes meios ilícitos podem ser necessários à busca da informação" (TRAQUINA, 2005a, p. 55).

> Mas, para além da dedicação à busca da verdade exaltada na sua ideologia profissional, a dinâmica da concorrência leva ao encanto de outros mitos que circulam na sua cultura profissional, como o mito do scoop (o "furo") e o mito da grande história (TRAQUINA, 2005a, p. 55).

Pensando a partir de Traquina (2005a), é possível perceber que na cultura jornalística, na atualidade, há uma corrida para obter a notícia em primeira mão, o "furo". E nas editorias em que há jornalistas de vários veículos setorizados na mesma cobertura, a concorrência tende a ficar ainda mais acirrada. Não raro, assistimos a telejornais nacionais, como o Jornal Nacional, da Rede Globo, exibindo matérias geradas a partir de denúncias publicadas em grandes jornais de circulação nacional, como O Estado de São Paulo. Em muitos casos há até a exibição da imagem do jornal impresso, destacando trechos do enunciado jornalístico do periódico no vídeo.[12]

No enunciado da Figura 1, uma chamada na capa anunciou: "Deputado acusado de pedofilia diz que vai falar". E no interior do jornal, no primeiro caderno, sob a marca "Pedofilia", abrindo a manchete principal foi publicado: "Deputado vai se manifestar na Assembleia sobre denúncias". Em nossa análise, chamou a atenção o segundo parágrafo, que diz:

> O caso tramita no Fórum de Belém sob segredo de Justiça, segundo afirmam colegas do deputado. Mas Sefer garantiu a alguns deputados

[11] Essa realidade de manutenção de equipes de repórteres "setoristas" da editoria de "Política" na ALEPA e CMB foi verificada por nós, pois naquele período trabalhávamos como repórter em O Liberal, só que setorizada na editoria de "Polícia". A prática de manter jornalistas nos órgãos que são "centros de poder" é comum no jornalismo nacional, pois os grandes veículos de comunicação possuem equipes na cobertura diária do Palácio do Planalto, Câmara dos Deputados e Senado Federal, em Brasília.

[12] Um exemplo disso foi uma reportagem exibida no dia 16 de janeiro de 2014, no Jornal Nacional, da Rede Globo, sobre o chamado "Mensalão do DEM". Segundo foi informado pelo próprio apresentador do telejornal, William Bonner, a matéria foi feita a partir de uma denúncia publicada com exclusividade (o "furo") pelo jornal O Estado de S. Paulo. Trechos da denúncia do jornal impresso foram destacados no vídeo para explicar o caso. O vídeo da reportagem pode ser conferido no site: http://g1.globo.com/jornalnacional/noticia/2014/01/suica-bloqueia-o-correspondente-r-16-milhoes-em-contassecretas.html.Acessado em: 16 jan. 2014.

> que está sendo vítima de uma "armação" e que um veículo de comunicação de Belém até já lhe teria cobrado R$ 800 mil para não divulgar o caso. Essas informações foram prestadas por Sefer ao deputado João Salame (PPS) (DIÁRIO DO PARÁ, 13 dez. 2008, p. A3).

Ao afirmar no texto da notícia que o colega de parlamento de Sefer, o ex-deputado João Salame (PPS) teria dito que "um veículo de comunicação de Belém" já teria cobrado R$ 800 mil para não divulgar o caso, o Diário do Pará sugeriu que essa prática de "chantagem" poderia ter sido praticada pelo seu concorrente e rival O Liberal, pois como já assinalamos no primeiro capítulo, desde a criação do Diário do Pará, os dois periódicos paraenses se digladiam em uma disputa de mercado e de poder. Ou seja, o jornal da família Barbalho usou como estratégia discursiva a denúncia contra um deputado de partido opositor ao PMDB[13] (de Jader Barbalho) para também atingir o jornal dos Maiorana, na "guerra discursiva" pela enunciação da verdade e, consequentemente, pela credibilidade junto aos leitores e pela dianteira no mercado comunicacional paraense. Sobre essa briga pela "verdade", Foucault destaca:

> Há um combate "pela verdade" ou, ao menos, "em torno da verdade" – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade, não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar", mas o "conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder"; entendendo-se também que não se trata de um combate "em favor" da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha (FOUCAULT, 2012, p. 53).

Sendo assim, segundo Foucault (2005), o enunciado não é uma coisa dita de forma definitiva, que está fixada no passado, ele sofre atravessamentos, se integra em redes e estratégias, estando sujeito a modificações, segundo interesses.

> O enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém

[13] Para efeito de esclarecimento, o cenário político paraense, à época, era o seguinte: o Estado era governado por Ana Júlia Carepa (PT), que venceu as eleições em 2006, apoiada pelo PMDB do senador Jader Barbalho, proprietário do grupo Rede Brasil Amazônia (RBA) de Comunicação, composto por emissoras de rádio, TV, portal e o jornal Diário do Pará. Já O Liberal é de propriedade da família Maiorana, afinada politicamente com o PSDB, que por sua vez era oposição ao governo petista e ao PMDB (aliado da governadora). O DEM também se somava ao PSDB nesse bloco de oposição, no qual os dois partidos (PSDB e DEM) reproduziam no Pará a postura oposicionista que tinham em âmbito nacional ao PT de Luís Inácio Lula da Silva, presidente da República na época.

> ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquiva, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (FOUCAULT, 2005, p. 118-119).

Nesse sentido, observa-se que os enunciados jornalísticos de O Liberal e do Diário do Pará integraram operações e estratégias diferentes, servindo no primeiro para produzir apagamentos discursivos, e no segundo, para evidenciar a culpabilidade de Sefer e, em alguns momentos, foram apropriados até mesmo para atualizar a rede de memória de rivalidade entre os periódicos paraenses.

No mesmo dia em que o Diário do Pará publicou a matéria de denúncia contra Sefer, com chamada de capa e matéria no espaço nobre do periódico – o primeiro caderno, destinado à editoria de "Política" – o jornal O Liberal produziu o seu primeiro apagamento discursivo sobre o caso, não publicando nenhuma linha de texto sobre o acontecimento. O Diário do Pará, de propriedade do senador Jader Barbalho (PMDB), finalizou a sua matéria de denúncia com o seguinte texto:

> O DIÁRIO conseguiu contato telefônico com o deputado Luiz Sefer na noite de ontem. Parecendo bastante chateado e com a voz embargada, ele pediu um pouco de paciência. "Vou me posicionar oportunamente sobre todas essas acusações, talvez na semana que vem", limitou-se a dizer (DIÁRIO DO PARÁ, 13 dez. 2008, p. A3).

É possível apreender desse enunciado que ele produziu o sentido de uma espécie de "sentença de culpa" do ex-parlamentar, ao afirmar que ele estava "com a voz embargada", característica própria de quem está a ponto de chorar. Nota-se também que tal sentença atribuída ao "célebre" deputado foi sutil, bem diferente da que o mesmo periódico e seu concorrente usam até hoje para afirmar a culpabilidade dos "infames" nas páginas policiais, ao chamarem-nos de "tarados" e "anormais".

Além disso, o enunciado do Diário do Pará não teve a voz da polícia, apenas uma referência ao fato de que o caso estava tramitando, em segredo, na Justiça. A matéria trouxe, ainda, uma fala em defesa de Sefer, expressa por meio de seu colega de parlamento, à época, João Salame (PPS-PA), que foi o interlocutor na reportagem e que aproveitou a sua fala para chamar a atenção para a necessidade de não se condenar uma pessoa sem o devido julgamento judicial:

> "Toda e qualquer denúncia envolvendo qualquer cidadão, deve ser apurada, principalmente quando se trata de uma autoridade. Jamais devemos condenar sem julgamento". O parlamentar do PPS disse

> ainda que qualquer pessoa pode ser vítima de boataria ou de calúnias. Salame disse ter conversado com Sefer. "Ele me disse que está sendo vítima de uma grande armação. Ele me garantiu isso", afirma Salame (DIÁRIO DO PARÁ, 13 dez. 2008, p. A3).

Ao longo de todo o texto, o efeito de sentido produzido é de cunho "político" e não "policialesco". Uma das estratégias discursivas que mais corrobora para esse sentido é a de que – mesmo sendo essa a primeira matéria publicada sobre o caso na imprensa paraense – não observamos em nosso corpus discursivo, textos com detalhamentos sobre a acusação que pesa na justiça contra o deputado. Não é dito quem é a vítima, quantos anos ela tem, por quanto tempo ela teria sido abusada sexualmente e em que circunstâncias o crime teria sido praticado. Houve apenas uma breve referência ao crime no primeiro parágrafo, o lead, dizendo que o ex-deputado irá se "apresentar voluntariamente, para depor acerca das denúncias de que estaria envolvido em um caso de pedofilia".

O silêncio de O Liberal não foi registrado apenas no dia 13, quando o Diário do Pará trouxe à tona a denúncia, mas ecoou durante os dois dias seguintes, sendo quebrado apenas na edição do dia 16 de dezembro, quando publicou uma reportagem sobre o caso, sem nenhum destaque na capa do periódico. Na capa do caderno "Poder", espaço destinado à editoria de "Política", há uma pequena chamada (com foto) no alto da página, que diz: "Sefer recebe apoios". Ou seja, o silêncio é quebrado por um enunciado de defesa ao parlamentar – aliado político de O Liberal.

No interior do caderno, na página 9 (Figura 2), foi publicada uma reportagem com outra manchete em defesa de Sefer: "Deputado nega acusações na Assembléia". O apoio foi reforçado também em outros dois subtítulos: "Da tribuna Luiz Afonso Sefer diz que tentam enlamear seu nome em torno de nada" e "Parlamentar ganha solidariedade de deputados de todas as bancadas". No último, inclusive, a palavra "solidariedade" foi destacada em vermelho, revelando uma estratégia discursiva cromática usada para atrair o olhar do leitor para a "palavra-chave" do enunciado. Somou-se a essa estratégia a legenda da foto: "Luiz Afonso Sefer: indignação contra o 'linchamento' moral".

O texto jornalístico iniciou fazendo referência ao lapso de tempo e vazio discursivo produzido pelo jornal, que silenciou por dois dias a denúncia contra Sefer. Observamos isso na afirmação feita logo na primeira linha do lead: "A propósito do suposto caso de pedofilia no qual é acusado, o deputado estadual Luiz Sefer abordou

ontem o assunto durante a sessão". O termo "a propósito" remete a uma enunciação anterior que, no caso, foi feita pelo Diário do Pará.

Figura 2:

Deputado nega acusações na Assembléia

DA TRIBUNA

Luiz Afonso Sefer diz que tentam enlamear seu nome "em torno de nada"

A propósito do suposto caso de pedofilia no qual é acusado, o deputado estadual Luiz Sefer abordou ontem o assunto durante sessão, na Assembléia Legislativa. Ele disse que "essa questão era para correr em segredo de justiça, porque pode afetar de maneira irremediável a honra de uma pessoa, mas setores mal intencionados estão há meses trabalhando para enlamear meu nome em torno de nada".

Sefer disse que decidi falar da tribuna da Assembléia em respeito ao parlamento. Ele lembrou diversos casos de autoridades que foram "linchadas" a partir de acusações levianas e que, anos depois, foram inocentadas, apesar dos danos a sua imagem terem sido irreparáveis. Ele citou o caso do ex-ministro da Saúde Alceni Guerra, acusado sem provas de enriquecimento ilícito. Dez anos depois, disse o parlamentar, comprovou-se que Alceni era inocente. O deputado também recordou o caso da Escola Base, em São Paulo, injustiçada por denúncias levianas de abuso sexual contra crianças, um caso que se tornou nacionalmente famoso. "Este episódio, após 12 anos, foi esclarecido, os acusados inocentados e até hoje recebem indenização decorrente de vitórias em processos impetrados pelos danos morais sofridos", observou.

Sefer informou aos seus pares que existe uma denúncia contra ele no Conselho Tutelar feita por uma adolescente que morou em sua residência. Essa adolescente, disse ele, "é vítima de exclusão social, possui dificuldades de ordem psicológica, social e familiar". "Eu tentei ajudá-la, abrigando-a. Tentei de todas as formas ajudá-la, colocando-a em aulas de natação e em colégio, matriculada regularmente. Ela mantinha um comportamento rebelde. No dia 4 de fevereiro deste ano, fui a um juiz da infância comunicar minha decisão de abrir mão da guarda dela e decidi devolvê-la a sua família. Mandei-a para casa, mas seus familiares não a aceitaram. Depois de cobrar suas notas na escola, ela sumiu, em virtude de que já havia abandonado o colégio sem que eu soubesse e, logo em seguida, tomei conhecimento da denúncia vazia e estapafúrdia que ora relato a V. Exas", informou o deputado.

O parlamentar pediu o apoio dos deputados para que o caso tenha celeridade na sua apuração, pois não pode esperar dez anos, como o ex-ministro Alceni Guerra, para ter sua honra restabelecida e se colocou à disposição para que a denúncia seja apurada. "Não tenho o que temer. "Quero pressa na apuração dessa denúncia leviana. Eu e minha família não agüentamos passar por esta situação. Me aconselharam a não falar, mas eu não poderia encarar meus filhos se não o fizesse", disse o deputado.

Sefer ressaltou ainda que não há nenhuma apuração ou processo de ordem criminal acerca da denúncia, salientando também que o que houve foi, tão-somente, um chamado para prestar esclarecimentos no âmbito do Juizado da Infância e Adolescência. Ele disse que a própria inconsistência da denúncia dificulta a materialização de qualquer procedimento, "a não ser que se queira apenas usar politicamente o episódio", lembrando que qualquer cidadão, político ou não, pode vir a ser vítima de denuncismo de toda ordem.

Luiz Afonso Sefer: indignação contra "linchamento" moral

Parlamentar ganha solidariedade de deputados de todas as bancadas

SOLIDARIEDADE

O deputado Alessandro Novelino (PSC) foi o primeiro a apartear Sefer e expressou sua solidariedade. "Eu o conheço e sei que estas acusações são levianas. Sei do seu caráter e quem o conhece sabe perfeitamente que isso é um absurdo", afirmou.

O deputado Joaquim Passarinho (PTB), em nome da bancada de seu partido, disse que conhece a formação religiosa e familiar do deputado do DEM. "Estou aqui para expressar nossa solidariedade, pois o conhecemos e sabemos que essa denúncia não tem o menor cabimento", disse.

O deputado Parsifal Pontes (PMDB) destacou o fato de a denúncia ter repercussão exagerada antes da apuração pelo fato de se tratar de um parlamentar. Ele criticou o vazamento da denúncia "em respeito à imagem de uma menor". Diante da exposição, Parsifal elogiou a atitude de Sefer em expor o problema publicamente e se disse satisfeito com o pronunciamento.

Márcio Miranda, em nome do DEM, disse que o pronunciamento foi esclarecedor. "Só espero que a Justiça seja tão rápida quanto a imprensa para lavar a sua honra", afirmou. O deputado Gabriel Guerreiro (PV) afirmou que é uma "patifaria" o que é feito para desmoralizar quem galga algum posto de relevância. "Vossa Excelência está sendo vítima por ser um homem público e tem a minha solidariedade", afirmou.

Sefer teve ainda a solidariedade do deputado José Megale, em nome da bancada do PSDB. "Estou convencido da sua inocência, porque o conheço e a sua família". João Salame (PPS) elogiou a atitude do deputado de tornar público o debate sobre a questão. "Só com transparência é possível tirar este debate do anonimato que estimula o jornalismo abjeto. Espero que, dessa forma, o deputado possa provar a sua inocência", disse.

Luiz Cunha (PDT), que também se disse vítima de acusações levianas, demonstrou solidariedade ao dpeutado do DEM, assim como os deputados Carlos Bordalo (PT) e Manoel Pioneiro (PSDB), que também expressaram sua solidariedade a Luiz Sefer.

O Liberal, 16, dez. 2008, p. 9. Fonte: www.orm.com.br

É possível notar também que o enunciado jornalístico usa os termos "suposto" e "acusado", produzindo um sentido de cautela, ao lançar dúvidas sobre a autoria do parlamentar em relação às acusações. Já no segundo e extenso parágrafo, a voz do parlamentar fez referência a dois casos de injustiças produzidos pela imprensa: o caso do ex-ministro da Saúde Alceni Guerra e o caso Escola Base, o último já referido aqui:

> Sefer disse que decidiu falar da tribuna da Assembléia em respeito ao parlamento. Ele lembrou diversos casos de autoridades que foram "linchadas" a partir de acusações levianas e que, anos depois, foram inocentadas, apesar dos danos a sua imagem terem sido irreparáveis. Ele citou o caso do ex-ministro da Saúde Alceni Guerra, acusado sem provas de enriquecimento ilícito. Dez anos depois, disse o parlamentar, comprovou-se que Alceni era inocente. O deputado também recordou o caso Escola Base, em São Paulo, injustiçada por denúncias levianas de abuso sexual contra crianças, um caso que se tornou nacionalmente famoso. "Este episódio, após 12 anos, foi esclarecido, os acusados inocentados e até hoje recebem indenização decorrente de vitórias em processos impetrados pelos danos morais sofridos", observou (O LIBERAL, 16 dez. 2008, p. 9).

Segundo o enunciado jornalístico, após ter feito referência a casos que classificou como "linchamento moral", Sefer se defendeu das acusações de abuso sexual, fazendo acusações à criança que, à época, era adolescente, embora a reportagem

não informe – em uma linha sequer – a idade da vítima ou o contexto do ato de abuso sexual de que o ex-parlamentar foi acusado.

Considerações finais

Os estudos e análises que fiz neste artigo possibilitaram chegar a várias percepções. A primeira delas é enxergar a complexidade do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, temática dos enunciados jornalísticos que nós analisamos. Por meio da leitura de autores e especialistas em direitos da criança e do adolescente, foi possível observar como essa questão estava envolta em uma série de atravessamentos, que vão desde o tabu, o medo e outros aspectos psicológicos e sociais, como também relações de poder acerca da sexualidade e da compreensão da infância e adolescência enquanto categoria e etapa de desenvolvimento da vida humana.

Aprofundando um pouco mais nossos estudos sobre a temática chegamos a outra percepção importante: a de que o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes na Amazônia possui outras dinâmicas histórica, cultural e política. Ou seja, analisar essa questão na região amazônica é diferente de fazê-la em outra região do país, como o Sul e o Sudeste, que possuem outras peculiaridades. Aqui, na parte de cima do mapa do Brasil, os inúmeros rios que cortam a região (e estradas) registram a circulação de meninas e meninos, que deixam suas casas no interior do Estado para serem "crias de família" (MOTTA-MAUÉS, 2008), ou seja, para vir "morar" e "estudar" junto a famílias alheias as suas. A partir daí, há uma sucessão de "abusos", como faço referência no título desse artigo, que começam com a exploração do trabalho infantil, quando ela chega à casa de destino, onde em muitos casos, resulta em outro abuso, que é a violência sexual; e quando os casos são denunciados, a vítima sofre novos "abusos" ao relatar os fatos (em delegacias e outras unidades, que a "revitimizam") e, por fim, também sofre "abusos" nas violações de direitos praticadas pela imprensa em sua cobertura jornalística.

A ampliação de nossos estudos sobre Foucault nos permitiu analisar de forma mais aprofundada essas "relações de poder" que atravessavam os enunciados jornalísticos daquele período, sem esquecer que, ao longo da história dos dois periódicos paraenses, O Liberal e o Diário do Pará, eles sempre estiveram envolvidos com interesses político-partidários divergentes. Essa oposição ideológica - que tem gerado uma verdadeira "guerra discursiva" entre os dois impressos –, também resultou

na produção de efeitos de sentido contrários nos enunciados jornalísticos publicados pelos impressos sobre o "caso Sefer".

REFERÊNCIAS

DUTRA, Maria Zuila Lima. **Meninas domésticas, infâncias destruídas:** legislação e realidade social no Pará. São Paulo: LTR, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ª ed, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade:** A vontade de saber**.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. **Paradigmas da comunicação**: conhecer o que? Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação [Congresso], São Paulo, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista:** a língua como barbárie e a notícia como mercadoria. São Paulo: Paulus, 2009.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O princípio da razão durante:** diálogo, poder e interfaces sociais da comunicação. Nova Teoria da Comunicação III – Tomo IV. São Paulo: Paulus, 2011.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. **Uma mãe leva a outra (?):** práticas informais (mas nem tanto) de "circulação de crianças" na Amazônia. In: MAUÉS, R. Heraldo (Org.); MACIEL, Maria Eunice (Org.). **Diálogos Antropológicos:** diversidades, patrimônios, memórias. 1ed.Belém: L&A Editora, 2012, v. 1, p. 285-315.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. **Uma vez "Cria" sempre "Cria" (?):** adoção, Gênero e geração na Amazônia. In: LEITÃO, Wilma Marques (Org.); MAUÉS, R. Heraldo. (Org.). **Nortes Antropológicos:** trajetos, trajetórias. 1ed.Belém: EDUFPA, 2008, v. , p. 157-170.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sobre o regime da escravidão.** Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005a.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. Florianópolis. Insular, 2005b.

Jornais analisados

DEPUTADO nega acusações na Assembleia. **O Liberal.** Belém, 16 dez. 2008, Poder, p. 9.

FLÁVIO, Luiz; SOARES, Antonio José. **Diário do Pará**. Belém, 13 dez. 2008, Política, p. A3.